

## INFORMAÇÕES GERAIS DO PPCI

NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS  
INSTRUÇÃO NORMATIVA (IN 001/DAT/CBMSC)  
DA ATIVIDADE TÉCNICA

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE TÉCNICA

Art. 8º As NSCI, instituídas por esta IN, se aplicam aos imóveis, devendo ser observadas por ocasião da:  
I – construção de imóvel;  
II – mudança de ocupação ou uso;  
III – reforma e/ou alteração de área de imóvel;  
IV – realização de eventos;  
V – regularização dos imóveis.

§ 1º O descumprimento das NSCI sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei nº 16.157/2013 e no Decreto nº 1.957/2013, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º Nos municípios em que não houver sede da Organização Bombeiro Militar, as atividades de segurança contra incêndio e pânico, de competência do CBMSC, são exercidas pela OBM de abrangência no município.

§ 3º O disposto nas NSCI, como exigências, não se aplicam a ocupação residencial privativa unifamiliar, sujeitas, neste caso, a ações educativas e preventivas.

Art. 9º O CBMSC pode, quando investido em sua função fiscalizadora e observadas as formalidades legais, vistoriar qualquer imóvel, bem como solicitar documentos relacionados com a segurança contra incêndio e pânico.

Art. 10. As licenças a serem expedidas por outros órgãos públicos, que se refiram à autorização para construção e/ou funcionamento de qualquer imóvel, exceto ocupação residencial privativa unifamiliar, que importem na necessidade de se observar as condições de segurança contra incêndio e pânico das mesmas, devem ser condicionadas à prévia aprovação, pelo CBMSC, dos respectivos documentos de aprovação.

CAPÍTULO IV – TRAMITAÇÃO DE EXPEDIENTES E ANÁLISE DE PROJETO

Art. 11. A análise dos sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico, vistorias, pareceres técnicos, informações e outras solicitações devem ser emitidas no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de entrada do expediente junto ao CBMSC.

§ 1º Caso haja decorrido 24 meses da emissão do atestado de aprovação do PPCI e o imóvel não tiver iniciado a obra, o CBMSC deve ser atualizado e submetido a nova análise, sempre que após este período de tempo tenha ocorrido alteração das NSCI em vigor.

§ 2º Da mesma forma que interrupções na construção, superiores a 24 meses, determinam a revisão dos sistemas e medidas de segurança contra incêndios e pânico, para que não fiquem defasados.

Art. 12. Qualquer alteração nos sistemas e medidas de segurança contra incêndios e pânico ou no imóvel dependerá de prévia análise do CBMSC.

Seção I – Dos atestados

Art. 16. Verificada a regularidade do imóvel e o cumprimento integral das NSCI, o CBMSC concederá:

I – atestado de aprovação de PPCI, para alvará de construção, reforma ou ampliação de imóveis;  
II – atestado de vistoria para habite-se, para alvará de habitação de imóveis;  
III – atestado de vistoria para funcionamento, para alvará de funcionamento de imóveis.

Subseção II – Análise do PPCI

Art. 23. A elaboração e execução de PPCI e a implantação dos sistemas e das medidas de segurança contra incêndio e pânico devem ser efetuadas por profissional legítima habilitado e com habilitação e com registro profissional na classe regional, observadas as NSCI expedidas pelo CBMSC.

Art. 24. O autor do projeto de construção, reforma, alteração de área construída, mudança de uso ou de imóvel, deve apresentar, para o seu detalhamento técnico em relação aos sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico:

Subseção VI – Alteração de PPCI

Art. 31. Quando se tratar de alteração de PPCI já aprovada, além da documentação complementar para a análise de projeto, deve ser apresentado, pelo interessado, o detalhamento técnico em relação aos sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico.

§ 1º A exigência da ART ou RRT em caso de alteração de PPCI é devida somente nas situações de acréscimo de área construída, alteração do layout, mudança dos sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico ou mudança de responsável técnico.

§ 2º Os sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico devem ser apresentados sem rasuras ou emendas para a análise do projeto, todavia, o critério da SAT, as alterações e emendas podem ser efetuadas por meio de cor vermelho, devidamente rubricadas e datadas pelo responsável técnico pelo PPCI.

§ 3º O PPCI só pode ser alterado pelo profissional responsável pela sua elaboração.

CAPÍTULO V – DA VISTORIA

Art. 33. Vistoria é o ato de verificar, em inspeção no imóvel, se os sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico previstos nas NSCI e aprovados no PPCI ou no plano de regularização (PRE) pelo CBMSC, foram instalados de forma correta e encontra-se em condições normais de operação; permite ainda avaliar se o imóvel está adequado à ocupação para a qual se destina.

Art. 34. A vistoria nos imóveis é feita mediante requerimento da parte interessada ou a ex-offício pelo CBMSC.

Seção I – Vistoria para habite-se

Art. 35. A expedição do atestado de vistoria para habite-se pelo CBMSC habilita a ocupação do imóvel no tocante a segurança contra incêndios e pânico.

Art. 36. A expedição de atestado de vistoria para habite-se respeitará a inspeção do PPCI ou a emissão do relatório preventivo contra incêndio (RPCI), conforme o caso.

Art. 37. A vistoria para habite-se é realizada em todos os imóveis (exceto em edificação residencial unifamiliar), independentemente da sua complexidade ou área construída.

Parágrafo único. A solicitação de vistoria para habite-se deve ser realizada antes da ocupação do imóvel.

Art. 38. Com a concessão do atestado de vistoria para habite-se, o atestado de vistoria para funcionamento é automaticamente emitido, sem a cobrança de nova taxa.

Parágrafo único. Para os imóveis com ocupações comerciais, industriais ou depósitos, para concessão do atestado de vistoria para funcionamento, a atividade pretendida deve estar instalada no ato da vistoria para habite-se.

Art. 39. Na solicitação da vistoria para habite-se deve ser apresentada:

I – requerimento padrão no modelo do Anexo C;

II – comprovante de recolhimento da taxa;

III – laudo ou ensaio de ensaio de resistência química do sistema de ancoragem de cabos;

IV – laudo, ensaio ou mensuração do coeficiente de atrito para pisos;

V – laudo ou ensaio de tração do dispositivo de ancoragem de cabos;

VI – laudo, ensaio ou mensuração da resistência química do sistema de ancoragem de cabos;

VII – laudo, ensaio ou inspeção da integridade da vistoria para habite-se;

VIII – laudo, ensaio ou mensuração do nível de sonoridade do sistema de alarme;

IX – laudo, ensaio ou mensuração do nível de luminosidade para o sistema de iluminação de emergência e sinalização para abandono de local;

X – laudo, ensaio ou inspeção dos mangueiros do SHP, somente quando requerido pelo vistoriador;

XI – laudo ou ensaio das propriedades não propagantes ou retardantes de materiais de acabamento, revestimento ou decoração, conforme a IN 018/DAT/CBMSC;

XII – laudo, ensaio ou mensuração de continuidade elétrica das descidas estruturais do SPD;

XIII – ART ou RRT de execução, de montagem ou de instalação de todos os sistemas e medidas preventivas contra incêndio e pânico.

§ 1º Os documentos: laudo, ensaio, inspeção ou mensuração previstos neste artigo são devidos apenas quando o vistoriador não puder conferir o funcionamento das especificações da NSCI.

§ 2º Todos os laudos, ensaios, inspeções e mensurações devem conter a devida identificação do responsável técnico ou empresa executora, com razão social, endereço, inscrição estadual, CNPJ, endereço eletrônico e assinatura do responsável técnico pelo laudo, ensaio, inspeção ou mensuração.

§ 3º Os documentos: laudo, ensaio, inspeção ou mensuração devem vir acompanhados da respectiva ART ou RRT, e devem ser anexados ao PPCI ou ao RPCI após a realização da vistoria.

Art. 40. Quando da realização da vistoria para habite-se, o teste de pressurização da canalização do sistema hidráulico preventivo (SHP) realizado pelo CBMSC é executado, à critério da SAT, de acordo com a sua disponibilidade de vistoria, equipamento e efetivo.

§ 1º Se for realizado o teste de pressurização do SHP, adotar uma pressão média de 8 kgf/cm² a 110 PSI, sendo que o aumento da pressão na bomba deve ser gradativo e nunca repentino.

§ 2º O teste de pressurização do SHP não é obrigatório para a aprovação da vistoria para habite-se, no entanto, deve ser realizado quando solicitado.

I – se a válvula de retenção unidirecional está instalada no sentido correto;

II – se o estanqueidade da canalização (conexão e vazamento);

III – se o registro de gaveta, localizado entre a Reserva Técnica de Incêndio (RTI) e a válvula unidirecional, está aberto;

IV – o funcionamento do hidrante de recalque.

Seção II – Vistoria para funcionamento

Art. 45. A expedição do atestado de vistoria para funcionamento habilita o funcionamento do imóvel no tocante à segurança contra incêndio e pânico.

§ 1º O atestado de vistoria para funcionamento é o pressuposto básico para que demais órgãos possam emitir seu alvará de funcionamento.

§ 2º Fica vedada a expedição de atestado de vistoria para funcionamento pelo CBMAT sem a prévia atestado de vistoria para habite-se.

§ 3º O atestado de vistoria para funcionamento deve ser fixado em local visível, na edificação.

Art. 46. Para ser realizada a vistoria para funcionamento, é necessário apresentar:

I – requerimento padrão no ato da solicitação, conforme modelo do Anexo D;

II – comprovante do pagamento da taxa, antes da realização da vistoria;

III – comprovante de implantação da Bioproteção da Implantação da IN 028/DAT/CBMSC e do plano de emergência (ver IN 031/DAT/CBMSC), conforme o tipo de ocupação previsto nesta IN.

Parágrafo único. Havendo necessidade de alteração de PPCI junto ao CBMSC ou necessidade de reinstalação completa dos sistemas e medidas de segurança contra incêndio e pânico, cabe à SAT, exigir apresentação de laudo, ensaio, mensuração ou inspeção (conforme o caso) das respectivas sistemas e medidas, relacionados na documentação da vistoria para fins de habite-se, que tiverem sido implantados ou alterados e atendimento à documentação para alteração de PPCI.

Art. 47. O atestado de vistoria para funcionamento tem validade de 1 (um) ano, enquanto as condições de segurança contra incêndio e pânico permanecerem inalteradas no imóvel, conforme as especificações previstas no PPCI ou no PRE.

Parágrafo único. Em se tratando de promoção de eventos, o prazo de validade para o atestado de vistoria para funcionamento equivale ao tempo de duração do evento no local.

Art. 48. O responsável pelo imóvel deve solicitar, anualmente, ao CBMSC a realização de vistoria para funcionamento.

## CONTROLE DE MATERIAIS DE REVESTIMENTO E ACABAMENTO

NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA (IN 018/DAT/CBMSC)

CONTROLE DE MATERIAIS DE REVESTIMENTO E ACABAMENTO

CAPÍTULO II – REQUISITOS ESPECÍFICOS

Seção I – Da aplicação

Art. 4º Aplicar-se a disposto nesta IN nos imóveis onde é exigida a implantação do controle de materiais de revestimento e acabamento, conforme as ocupações e as locais previstas na IN 001/DAT/CBMSC e IN 005/DAT/CBMSC, em função da finalidade dos materiais empregados em piso, parede, divêrsia, teto, ferro, decoração e tratamento termoaústico.

Art. 5º Os materiais e das propriedades

Art. 6º Os materiais e as propriedades fiscalizados pelo CBMSC são:

I – revestimento de piso: antiderapante, incombustível, retardante ou não propagante;

II – revestimento de parede, divêrsia, teto, ferro, decoração e material termo-acústico: incombustível, retardante ou não propagante;

III – revestimento de piso: antiderapante, incombustível, retardante ou não propagante;

IV – revestimento de parede, divêrsia, teto, ferro, decoração e material termo-acústico: incombustível, retardante ou não propagante.

CAPÍTULO III – COMPROVAÇÃO DAS PROPRIEDADES DOS MATERIAIS

Art. 7º A comprovação das propriedades dos materiais exigidos nesta IN é atribuição de responsável técnico legítima habilitado, mediante:

I – a apresentação de ART ou RRT de instalação do material usado no imóvel;

II – a apresentação de ART ou RRT de instalação do material usado no imóvel;

III – o fornecimento, quando solicitado pelo CBMSC, de amostra do material utilizado para a realização de ensaio e avaliação das propriedades do material.

Art. 8º O proprietário ou o responsável pelo uso do imóvel são os responsáveis pela manutenção das propriedades dos materiais de acabamento e de revestimento, exigidos nesta IN para o imóvel.

Art. 9º Somente são aceitos laudos ou ensaios emitidos por profissionais legítima habilitados ou laboratórios de universidades, faculdades e demais entidades com credibilidade nacional ou reconhecidas pelo CBMSC.

Parágrafo único. Os laudos ou ensaios em língua estrangeira, devem possuir tradução juramentada.

Art. 10. O conjunto com o laudo ou o ensaio deve ser apresentado ART ou RRT do profissional técnico responsável pela realização do laudo ou do ensaio.

Art. 11. Na laudo ou no ensaio do material devem constar as seguintes informações:

I – identificação do responsável técnico pela sua elaboração, com nome completo, número do registro no conselho de classe profissional, habilitação profissional (engenheiro civil, mecânico ou elétrico, químico, arquiteto, etc.) e assinatura;

II – método de ensaio e norma utilizado para avaliar as propriedades requeridas do material, exigidos por esta IN;

III – identificação do material avaliado no ensaio, com nome do material, nome do fabricante do material, marca comercial do material, característica do material, etc.

Art. 12. Os ensaios para a classificação dos materiais devem considerar a maneira como são aplicados na edificação, e o relatório conclusivo deve reproduzir os dados obtidos no ensaio.

Parágrafo único. Caso o material de acabamento, de revestimento, de tratamento termo-acústico seja aplicado sobre substrato combustível, este deve ser incluído no ensaio.

Seção I – Propriedade antiderapante

Art. 13. É considerado meio de comprovação da propriedade antiderapante, dos materiais a apresentação de laudo ou ensaio de coeficiente de atrito dinâmico.

§ 1º A Tabela 01 apresenta a classificação de pisos com relação ao coeficiente de atrito dinâmico, de acordo com a NBR 13.818, quando o piso é ensaiado com a superfície molhada com água.

Tabela – Classificação de piso

COEFICIENTE DE ATRITO CLASSIFICAÇÃO DE PISO

≥ 0,4 Antiderapante (com o superfície do piso molhada)

< 0,4 Derapante

§ 2º São consideradas aprovadas as placas que alcancarem coeficiente de atrito dinâmico ≥ 0,4 de classificação “antiderapante”.

§ 3º O coeficiente de atrito dinâmico do piso deve estar claramente expresso no laudo ou no ensaio.

§ 4º Sendo o piso constituído de concreto bruto ou cimentado desempenado não pode ser utilizado para revestimento, exceto quando exigido pelo projeto de adequação, desde que sua superfície não seja alisada.

§ 5º Se o piso for constituído de pedra polida, cuja característica de aderência seja semelhante ao do concreto bruto, também fica dispensada qualquer exigência de ensaio ou adequação.

Seção II – Propriedade não propagante e/ou retardante

Art. 14. É considerado meio de comprovação da propriedade não propagante e/ou retardante dos materiais usados em parede, divêrsia, teto ou ferro, previstos no Anexo B, o material que obter índice de propagação superficial de chama inferior a 25, ensaiado conforme a NBR 13.818, quando o piso é ensaiado com a superfície molhada com água.

Parágrafo único. Quando for aplicado algum produto sobre o material de revestimento ou acabamento, com a finalidade de proporcionar propriedade não propagante e/ou retardante ao material, deverá ser apresentado o laudo do produto e o laudo da aplicação do produto, com a indicação da validade da aplicação do produto.

Art. 15. Admite-se ainda como meio de comprovação da propriedade não propagante e/ou retardante dos materiais, a apresentação de laudo ou de ensaio, com a respectiva ART ou RRT.

Parágrafo único. Quando for aplicado algum produto sobre o material de revestimento ou acabamento, com a finalidade de proporcionar propriedade não propagante e/ou retardante ao material, deverá ser apresentado o laudo do produto e o laudo da aplicação do produto, com a indicação da validade da aplicação do produto.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. A comprovação das propriedades dos materiais de acabamento, de revestimento, de decoração ou de tratamento termo-acústico fica sujeita ainda, a critério do CBMSC, ao fornecimento de amostra para realização de teste e ensaios.

Art. 28. Quando o material autorizado for madeira e a edificação for toda construída em madeira, a propriedade não propagante, nos itens especificados na Tabela 3 do Anexo B, deixa de ser exigida.

Art. 29. Esta Instrução Normativa, com vigência em todo o território caribenense, entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a IN018/DAT/CBMSC emitida em 28/03/2014.

Observações:

(1) Exeto quando a edificação for toda construída em madeira, condição em que toda a estrutura é feita de madeira.

(2) As saídas de emergência dos locais de reunião de público com concentração de público, devem atender aos critérios estabelecidos para corredores, halls, escadas, rampas e escadas.

(3) As saídas de emergência dos locais de reunião de público com concentração de público, devem atender aos critérios estabelecidos para corredores, halls, escadas, rampas e escadas.

(4) Materiais NÃO autorizados: poliestireno expandido (EPS) ou espuma. Estes materiais não podem ser usados no tratamento termo-acústico, no teto, no ferro ou na decoração, nestas condições, nem a apresentação de laudo ou ensaio.

(5) Materiais NÃO autorizados: madeira ou ferro de dançeteria, baste ou clude noturno. Neste caso, nem com a apresentação de laudo ou ensaio para o comprovado das propriedades do material.

(6) Aplicar-se as exigências desta tabela a todos os tipos de hall, corredores, decorações, rampas e escadas com acesso comum.

Referência normativa IN 018 – ANEXO B, Tabela 03

LOCAIS	POSICÃO	MATERIAIS AUTORIZADOS	PROPRIEDADES	COMPROVAÇÃO
CORREDORES, HALL E DESCARGAS (de todos os tipos de ocupação) (6)	Piso	Cerâmico, pedra natural, concreto, madeira ou metalico	Não propagante	Laudo ou ensaio
	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria, metalico, gesso ou pedra natural	Não propagante	Laudo ou ensaio
	Teto e ferro	Cerâmico, concreto, alvenaria, metalico ou gesso	Retardante (1)	Laudo ou ensaio
	Piso	Cerâmico ou metalico (3)	009/DAT/CBMSC	Especificação em projeto/visual
ESCADAS E RAMPAS (inclusive patamares e antecâmara, de todos os tipos de ocupação) (6)	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural	Antiderapante	Visual
	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria ou pedra natural	Var IN	Especificação em projeto/visual
	Teto e ferro	Concreto ou placa cimentícia	009/DAT/CBMSC	Laudo ou ensaio
	Piso	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Não propagante	Laudo ou ensaio
LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO COM CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO (auditórios ou sala de reunião com mais de 100m², bares, clubes, autômatos em geral, salões de baile, restaurantes, dançantes, bares, dançantes, clubes sociais, cinemas, teatros, cinemas, operas, templos religiosos sem assentos, escolas, ginásios, piscinas cobertas com arquibancadas, arenas em geral) (2)	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Não propagante	Laudo ou ensaio
	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Retardante (1)	Laudo ou ensaio
	Teto e ferro	Concreto, placa cimentícia, metalico ou gesso	Var IN	Especificação em projeto/visual
	Piso	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Não propagante	Laudo ou ensaio
LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO COM CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO (auditórios ou sala de reunião com mais de 100m², bares, clubes, autômatos em geral, salões de baile, restaurantes, dançantes, bares, dançantes, clubes sociais, cinemas, teatros, cinemas, operas, templos religiosos sem assentos, escolas, ginásios, piscinas cobertas com arquibancadas, arenas em geral) (2)	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Não propagante	Laudo ou ensaio
	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Retardante (1)	Laudo ou ensaio
	Teto e ferro	Concreto, placa cimentícia, metalico ou gesso	Não propagante	Laudo ou ensaio
	Piso	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Não propagante	Laudo ou ensaio
LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO COM CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO (auditórios ou sala de reunião com mais de 100m², bares, clubes, autômatos em geral, salões de baile, restaurantes, dançantes, bares, dançantes, clubes sociais, cinemas, teatros, cinemas, operas, templos religiosos sem assentos, escolas, ginásios, piscinas cobertas com arquibancadas, arenas em geral) (2)	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Não propagante	Laudo ou ensaio
	Parede e divisória	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Retardante (1)	Laudo ou ensaio
	Teto e ferro	Concreto, placa cimentícia, metalico ou gesso	Não propagante	Laudo ou ensaio
	Piso	Cerâmico, concreto, alvenaria, pedra natural, gesso ou metalico	Não propagante	Laudo ou ensaio

## DETALHES DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA -SIE

NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA (IN 011/DAT/CBMSC)

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA – SIE

CAPÍTULO II – NORMAS PARA PROJETO E EXECUÇÃO

Seção I – DIMENSIONAMENTO DO SIE

Art. 6º A tensão máxima do SIE não poderá ser superior a 30 Vcc.

Art. 7º O SIE deve ter autonomia mínima de 2 horas, para os seguintes casos:

I – edifícios com altura superior a 100 m;

II – edifícios hospitalares com internação ou com restrição de mobilidade;

III – reunião de público com concentração;

IV – edifícios com altura superior a 100 m.

Parágrafo único. Para os demais imóveis, o SIE deve ter autonomia mínima de 1 hora.

Art. 8º Deve-se garantir um nível mínimo de iluminação de:

I – 3 lux em locais públicos (corredores, halls, áreas de refúgio, salas, etc.);

II – 5 lux em locais:

a) com desnível (escadas, rampas ou passagens com obstáculos); ou

b) de reunião de público com concentração.

Art. 9º. A distância máxima entre 2 pontos de iluminação de ambiente deve ser equivalente a 4 vezes a altura da instalação destes em relação ao nível do piso acabado.

Parágrafo único. Quando o nível de iluminação previsto no Art. 8º for superior ao necessário, as distâncias entre 2 pontos de iluminação maiores que as previstas no caput.

Art. 10. A altura máxima de instalação dos pontos de iluminação de emergência é imediatamente acima das aberturas do ambiente (portas, janelas ou elementos vazados).

Parágrafo único. Admite-se a instalação dos pontos de iluminação de emergência junto ao teto das escadas, pressurizadas, enclausuradas e a prova de fumaça.

Art. 11. Nas rotas de fuga horizontal e vertical do imóvel (circulação, corredores, halls, escadas, rampas, etc.), o SIE deve ser instalado em ambientes deve ter acionamento automático (por exemplo com o uso de sensor de presença).

Art. 12. As luminárias de emergência não podem causar ofuscamento, seja por iluminação refletiva.

Art. 13. O acionamento das luminárias de emergência deve ser automático, em caso de falta no fornecimento da energia elétrica convencional.

Seção II – TIPOS DE FONTES DE ENERGIA

Art. 15. Deve ser previsto circuito elétrico para o SIE, com disjuntor devidamente identificado, independentemente do tipo de fonte de energia utilizado, podendo ser compartilhado com a sinalização para abandono de local.

Art. 16. A sinalização de emergência deve ser feita por meio de placas luminosas de emergência.

Art. 17. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 18. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 19. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 20. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 21. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 22. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 23. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 24. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 25. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 26. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 27. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de pessoas.

Art. 28. O SIE deve ser instalado de modo a não interferir na circulação de